REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 33 No. 3 Setembro – Dezembro 2020
Edição Especial: Gestão de Acervos Arqueológicos

ARTIGO

A POLÍTICA INSTITUCIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO PARA O GERENCIAMENTO E A SALVAGUARDA DOS ACERVOS ARQUEOLÓGICOS: UMA HISTÓRIA EM TRÊS ATOS

Arkley Marques Bandeira*

RESUMO

O artigo apresenta os resultados obtidos no projeto institucional vinculado à Assessoria Especial de Representação Institucional – Gabinete da Reitoria da Universidade Federal do Maranhão, denominado Organização e curadoria das coleções arqueológicas, sob a guarda da UFMA. Trata-se de um estudo de caso de cunho qualitativo, bibliográfico e exploratório, que objetiva historiar a formação dos acervos arqueológicos no Maranhão. A abordagem central deste trabalho versa sobre a chancela fornecida pelo IPHAN à UFMA para a emissão de endossos institucionais para a salvaguarda de acervos arqueológicos gerados no Estado. As diferentes fontes analisadas serviram como registros documentais que demonstram os interesses da Universidade, muitas vezes, não intencionais e motivados por problemáticas bem pontuais, em salvaguardar e gerir os acervos arqueológicos no Maranhão.

Palavras-chave: acervos arqueológicos; salvaguarda; UFMA.

* Docente da Universidade Federal do Maranhão. Professor permanente do PGCult e PRODEMA, Departamento de Oceanografia e Limnologia, Coordenador do Observatório Cultural do Maranhão.
E-mail: arkley.bandeira@ufma.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0410-1082>.

THE INSTITUTIONAL POLICY OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF MARANHÃO FOR THE MANAGEMENT AND SAFEGUARDING OF ARCHAEOLOGICAL COLLECTIONS: A HISTORY IN THREE ACTS

ABSTRACT

The article presents the results obtained in the institutional project linked to the Special Advisory on Institutional Representation - Office of the Rector of the Federal University of Maranhão, called Organization and curatorship of archaeological collections, under the custody of UFMA. This qualitative, bibliographic and exploratory case study aims to record the formation of archaeological collections in Maranhão. The central approach of this work deals with the seal provided by IPHAN to UFMA for the issue of institutional endorsements to safeguard archaeological collections generated in the State. The different sources analyzed served as documentary records that demonstrate the interests of the University, often unintended and motivated by very specific problems, in safeguarding and managing the archaeological collections in Maranhão.

Keywords: archaeological collections; safeguard; UFMA.

LA POLÍTICA INSTITUCIONAL DE LA UNIVERSIDAD FEDERAL DE MARANHÃO PARA LA GESTIÓN Y SALVAGUARDIA DE COLECCIONES ARQUEOLÓGICAS: UNA HISTORIA EN TRES ACTOS

RESUMEN

El artículo presenta los resultados obtenidos en el proyecto institucional vinculado a la Asesoría Especial de Representación Institucional - Oficina del Rector de la Universidad Federal de Maranhão, llamado Organización y curaduría de colecciones arqueológicas, bajo la custodia de la UFMA. Se trata de un estudio de caso cualitativo, bibliográfico y exploratorio que tiene como objetivo registrar la formación de colecciones arqueológicas en Maranhão. El enfoque central del trabajo trata con el sello otorgado por IPHAN a la UFMA para la emisión de avales institucionales para salvaguardar las colecciones arqueológicas generadas en el Estado. Las diferentes fuentes analizadas sirvieron como registros documentales que demuestran los intereses de la Universidad, muchas veces involuntarios y motivados por problemas muy específicos, en la salvaguarda y gestión de las colecciones arqueológicas en Maranhão.

Palabras clave: colecciones arqueológicas; salvaguardia; UFMA.

INTRODUÇÃO

Em 2017, o autor deste artigo publicou a sistematização dos dados relacionados com as pesquisas arqueológicas realizadas no Maranhão, cujas portarias foram emitidas pelo IPHAN entre os anos de 1991 até dezembro de 2015 e endossadas pela Casa da Memória do Instituto do Ecomuseu do Sítio do Físico (BANDEIRA, 2015, 2017a). O mapeamento realizado permitiu conhecer a institucionalização da arqueologia no Estado do Maranhão, os projetos desenvolvidos e os acervos arqueológicos que estavam sendo gerados e que permaneceram na região de origem ou foram expatriados ao longo de mais de 100 anos de pesquisas.

A organização desse dossiê foi uma excelente oportunidade para atualizar o panorama acerca das pesquisas arqueológicas no Maranhão por uma ótica institucional, com o foco na problematização sobre a formação, gestão e salvaguarda dos acervos arqueológicos no Estado (BANDEIRA, 2013a, 2013b, 2017a, 2017b, 2018, 2019). A leitura crítica das fontes, a exemplo dos bancos de dados do IPHAN, diários oficiais, portarias de pesquisa, relatórios técnicos, endossos institucionais, processos administrativos, atos e resoluções, permitiu-nos registrar diferentes fases do envolvimento institucional da UFMA em relação aos acervos arqueológicos sob a sua guarda, perpassando por momentos de euforia e intensas parcerias, desmotivações, atrasos e retomadas de processos.

Logo, apesar de ser uma história de curta duração, a narrativa que propomos realizar permite-nos compreender a institucionalização da arqueologia na UFMA, materializada em avanços e retrocessos da Instituição, no que tange ao gerenciamento dos acervos, à natureza das coleções arqueológicas e aos caminhos a serem seguidos, com vistas a garantir a sustentabilidade e o aproveitamento científico para além do que foi abordado nos relatórios de arqueologia preventiva.

Em termos teóricos e conceituais, este artigo ancora-se nos estudos que já vêm sendo realizados por diferentes núcleos de pesquisa, consubstanciados com as recomendações de coletivos que tratam dos acervos arqueológicos, como o GT Acervos Arqueológicos da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB) e da Rede de Museus e Acervos de Arqueologia e Etnologia (REMAAE).

Nesse contexto, trabalhamos na linha daquilo que Bruno e Wickers (2013/2014) denominam musealização da arqueologia, ou seja, trata-se de um campo de experimentação e análise, orientado para a problematização das ações museológicas aplicadas aos contextos arqueológicos. A esse respeito, as autoras reconhecem que a musealização da arqueologia se organiza em algumas áreas e que possui diferentes campos constitutivos.

Sob a perspectiva da linha de pesquisa da musealização da arqueologia, os estudos sobre acervos vêm contribuindo assertivamente para a salvaguarda das coleções arqueológicas em várias instituições brasileiras. Logo, compreendemos como salvaguarda os procedimentos que lidam com o gerenciamento, pesquisa, documentação museológica e processos de conservação (preventiva e de restauração) e comunicação (BOTTALLO, 2001).

Além disso, o estudo de caso que apresentamos encontra-se lastro naquilo que foi abordado por Costa e Comerlato (2013/2014) quando enfatizaram as problemáticas das formações das coleções arqueológicas nas instituições endossantes e a emissão do endosso institucional, observando os pontos positivos e negativos dessa prática.

Nesse âmbito, a instituição detentora da guarda legal dos bens arqueológicos possui ônus e bônus, como a relevância social em salvaguardar e comunicar sobre os acervos sob sua guarda, bem como ainda retém a responsabilidade de gestão eterna em decorrência de um processo de transferência de autonomia institucional, ao ponto dos autores

discorrerem sobre a emissão de um endosso institucional à semelhança de um cheque em branco para terceiros (COSTA; COMERLATO, 2013/2014).

ATO 1 – A SALVAGUARDA DE ACERVOS ARQUEOLÓGICOS NO MARANHÃO: EM BUSCA DE UMA HISTÓRIA PARA AS COLEÇÕES

Até a constituição das primeiras instituições de guarda no Maranhão, a partir dos anos 2000, as coleções arqueológicas geradas em pesquisas científicas ou coletadas assistematicamente eram enviadas para instituições de fora do Estado. Registramos vários casos, como a Coleção Raimundo Lopes, depositada no Museu Nacional da UFRJ desde a década de 1920 (LOPES, 1916, 1924); os materiais coletados por viajantes, como Curt Nimuendajú (2000), cuja localização atual é desconhecida e as coleções formadas por projetos científicos, como àquelas geradas por Mário Ferreira Simões, do Museu Paraense Emílio Goeldi.

Um dos primeiros pesquisadores a constituir acervos arqueológicos no Maranhão foi Raimundo Lopes – maranhense, membro fundador da Academia Maranhense de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão e pesquisador do Museu Nacional. Lopes iniciou uma série de estudos arqueológicos e etnográficos no Estado. Em *A Civilização lacustre do Brasil* (LOPES, 1924), ele descreveu a existência de sítios pré-históricos na Baixada Maranhense assentados em esteios, denominados estearias e sambaquis em diversas regiões do Maranhão, em especial na Ilha de São Luís (BANDEIRA, 2013a).

A vinculação institucional de Raimundo Lopes com o Museu Nacional e a sua inserção na intelectualidade carioca facilitaram o envio dos vestígios arqueológicos coletados pelo autor, ou por seus colaboradores, que atuaram no Estado, conforme observado na Figura 1. Na referida figura, o maranhense aparece em uma foto tirada em 1939 no Jardim da Princesa, no Museu Nacional, em que estão presentes, da esquerda para a direita, Claude Lévi-Strauss, Ruth Landes, Charles Wagley, Heloísa Alberto Torres, Luís Castro Faria, Raimundo Lopes e Édison Carneiro.

Figura 1 – Da direita para esquerda, segundo da foto, Raimundo Lopes.
Fonte: *Ciência Hoje* (1985, p. 83).

Em suas publicações foram registrados muitos materiais arqueológicos levados ao Museu Nacional, a exemplo de artefatos líticos, vasilhames cerâmicos, vestígios faunísticos, muiraquitãs, além de muitas peças etnográficas (LOPES, 1924), a maioria, registrada nas publicações do Autor, conforme evidenciado na Figura 2.

Figura 2 –Vestígios arqueológicos coletados no Maranhão e enviados ao Museu Nacional sob o nome de Coleção Raimundo Lopes. Fonte: Lopes (2007, p. 250).

Outras pesquisas que geraram acervos arqueológicos vincularam-se aos Projeto São Luís e Cajari, realizados na Ilha de São Luís e na Baixada Maranhense, realizados, respectivamente, sob a orientação de Mário Ferreira Simões. Os materiais escavados em vários sambaquis e estearias foram salvaguardados pelo Museu Paraense Emílio Goeldi na década de 1970 (SIMÕES, 1975, 1978, 1981a).

Em 1971, Simões e equipe iniciaram suas pesquisas no Maranhão. Interessante destacar que tal iniciativa ocorreu 10 anos após a publicação da Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Além disso, o registro desses sítios resultou no reconhecimento de muitos sambaquis na Ilha de São Luís que estavam sendo destruídos para que suas conchas fossem usadas na pavimentação de estradas. A esse respeito, foi emitida a Portaria n. 76, de 14 de outubro de 1971, de ordem do Diretor do Museu Paraense Emílio Goeldi, Luiz Miguel Scaff:

Autorizar o Pesquisador – Chefe Mário Ferreira Simões a viajar com destino ao Estado do Maranhão, a partir de 16 do corrente e pelo prazo aproximado de 50 (cincoenta) dias, chefiando a equipe de Arqueologia desse Museu constituída de: Pesquisador – Auxiliar: Conceição de Maria Gentil Corrêa. Auxiliares de Pesquisa Ana Lúcia da Costa Machado e Renato Sampaio Corrêa, Auxiliar Daniel Florência Fróes Lopes e motorista Nível 8-A, Henry Pedro Lorenz, a fim de proceder pesquisas arqueológicas na Baixada Maranhense (Projeto Cajari) e Ilha de São Luís (Projeto São Luís) (SCAFF, 1971, s/p).

Os vestígios arqueológicos coletados permanecem sob a guarda do Museu Goeldi e, até o momento, possuímos poucas informações sobre os aspectos qualitativos e quantitativos dessas coleções, com exceção de alguns dados abordados nas publicações de Simões (SIMÕES, 1975, 1978; 1981a, 1981b).

Dentre eles, destacamos o Relatório Semestral de Atividades do Pesquisador-Chefe Mário Ferreira para o segundo semestre de 1971 (SIMÕES, 1971), que informa que mais de uma tonelada de vestígios arqueológicos foram coletados no Maranhão; como

também o Relatório Sucinto das Atividades Científicas Realizadas no 1º Semestre de 1975 (SIMÕES, 1975), que discorre sobre a análise tipológica de 14.300 fragmentos cerâmicos coletados no Sambaqui da Maiobinha, inclusive em um sepultamento (Figura 3) e nas estearias (Figura 4).

Figura 3 – Sepultamento exumado no Sambaqui da Maiobinha, em São Luís.
Fonte: Simões (1981b, p. 113).

Figura 4 – Coleta de vestígios submersos na Estearia da Cacaria, na Baixada Maranhense.
Fonte: Simões (1981b, p. 115).

Tampouco, sabemos o paradeiro das coleções arqueológicas que permaneceram em São Luís, sobretudo, dos materiais arqueológicos que foram achados fortuitamente e encaminhados ao Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, como é o caso da urna cerâmica Tupi – descoberta na antiga estrada do Anil, nas proximidades do igarapé Cutim (Figura 5) –; e um colar em contas de vidros (Figura 6) (LOPES DA CUNHA, 1926a, 1926b).

Este caso é particularmente interessante do ponto de vista da compreensão sobre a expatriação de acervos arqueológicos ao longo da história da arqueologia do Maranhão. Ao analisarmos os relatos dos autores da descoberta, verificamos que:

Alguns fragmentos desses ossos foram recolhidos em pesquisa realizada na ocasião da visita do Dr. Antônio Lopes ao local. Foram encontrados em alguns metros da superfície do solo, outros machados de pedra, cascas de ostra (o terreno é todo capeado de uma espessa camada onde elas são abundantes), contas esparsas, restos de carvão. Do material recolhido remetteu-se uma parte ao Professor Raymundo

Lopes, no Rio de Janeiro, a fim de o estudar. Não é incrível que se trate de mais um sambaqui, mas devemos aguardar que se pronuncie sobre o material que lhe foi remittido nosso illustrado contrerrâneo (LOPES DA CUNHA, 1926b, p. 143).

Essa mesma descoberta foi noticiada por Lopes da Cunha em nota no Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão (LOPES DA CUNHA, 2008), na qual relata que outra parte dos vestígios coletados no Cutim do Padre foi recolhida e enviada, à época, ao Instituto de História e Geographia do Maranhão, que deu origem ao Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão.

Figura 5 – Urna Tupi coletada no Sítio Cutim do Padre. Fonte: Carvalho (1956, p. 01).

Figura 6 – Colar de contas coletado no Sítio Cutim do Padre. Fonte: Carvalho (1956, p. 01).

De acordo com BANDEIRA (2013a), o Instituto possuía membros interessados pela arqueologia advindos de outras áreas do conhecimento, que chegaram a constituir coleções arqueológicas para a agremiação, além de terem realizado pesquisas para coleta de material arqueológico. Esse fato é registrado no regimento da fundação do Instituto de História e Geographia do Maranhão, publicado em sua Revista n. 01, em 1926:

Artigo I – Fica fundada nesta cidade de São Luíz uma associação scientifica para o estudo e diffusão do conhecimento da historia, geographia, ethnographia, ethnologia e archeolohia, especialmente do Maranhão, o incremento à comemoração dos vultos e factos notaveis do seu passado e a conservação dos seus monumentos [...]. No artigo III. – Promoverá o Instituto: e) Explorações geográficas e archeologicas [...]. Artigo VI – Depois de incorporado o Instituto com qualquer numero de sócios effectivos fundadores, os socios que faltarem para se completar o numero de trinta membros effectivos serão eleitos dentre as pessoas que se dediquem a estudos geographicos, históricos, ethnographicos, ethnologicos e archeologicos sobre o Maranhão e o Brasil [...] (LOPES DA CUNHA, 1926, p. 61-62).

Sobre as coleções arqueológicas do Instituto, em nota publicada em 1926, foi listado o material arqueológico existente, indicando que a entidade possuía uma “coleção modesta de material archeologico, historico, ethnographico e geographico do Maranhão e, para esse fim, já se poz em campo, nomeando em alguns pontos do Estado agentes incumbidos de angariar esse material” (LOPES DA CUNHA, 1926, p. 79).

Como exemplo, apontamos ossadas humanas e de animais; fragmentos ou peças de barro; esteios ou fragmentos encontrados fincados em lagos ou rios e relatos de sítios rupestres; e instrumentos de pedra lascada ou polida (BANDEIRA, 2013a).

Em nota publicada 22 anos mais tarde na revista do Instituto, foram apresentadas as condições do Museu do Instituto de História e Geographia do Maranhão à época:

São do conhecimento do público maranhense os prejuízos que sofreu o Museu do Instituto em consequência de fatos a que se alude no princípio dessa revista e nas súmulas das atas de assembleia geral publicadas páginas atrás. Pretendo reabrir em 1949 esse museu, o Instituto pede aos maranhenses de boa vontade lhe mandem material para as coleções geográficas, históricas, etnográficas, arqueológicas (LOPES DA CUNHA, 1948b, p. 151).

Em 29 de novembro de 1950, faleceu, em São Luís, Antônio Lopes Cunha, grande defensor do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, conservador do Museu contra os repetidos despejos pela falta de uma sede própria. A partir de então, o acervo arqueológico dessa entidade não foi mais referenciado e caiu em esquecimento (BANDEIRA, 2013a).

De acordo com a documentação analisada, podemos considerar que o Museu do Instituto de História e Geographia do Maranhão, fundado em 1926, foi a primeira instituição oficial no Estado que teve como responsabilidade institucional coletar acervos de distintas naturezas, inclusive arqueológica, fomentar pesquisas e divulgar os achados para o grande público.

Com o fechamento do Museu do Instituto de História e Geographia do Maranhão, os vestígios arqueológicos descobertos permaneceram sendo enviados para fora do Estado, inclusive, registramos um artigo publicado na Revista nº 3, do Diretório Regional de Geografia, de 1950, no qual José Silvestre Fernandes relatou a existência de sambaquis no litoral ocidental do Maranhão (Figura 7):

Figura 7 –Material coletado em sambaquis de Cururupu e enviado para o Museu Nacional.
Fonte: Fernandes (1950, p. 14).

O sambaqui do Mocambo é muito grande, sendo a maior mina de sernambi que conhecemos até agora. Entende-se à margem dos apicuns que se abrem acompanhando o rio Mocambo e o Titiua, e se intercomunicam com os formados à margem esquerda do Itereré [...]. Fomos informados de que já encontraram ossadas humanas. O pouco material que colhemos desse sambaqui foi remetido ao Museu Nacional (FERNANDES, 1950, p. 11-13).

Outras coleções arqueológicas foram geradas e permaneceram na mão de particulares cuja localização necessita ser confirmada, como é o caso das coleções do Profs. Nascimento de Moraes Filho, Olavo Correia Lima e Raimundo Balby (LIMA, AROSO, 1989; 1991; BALBY, 1985; 2015). Não obstante, temos informações orais de que o acervo arqueológico de Correia Lima, após a sua morte, foi enviado ao Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão e que, posteriormente, as peças oriundas das estearias coletadas por Moraes Filho e Balby (Figura 8) também teriam sido doadas para a Instituição. Contudo não tivemos acesso aos documentos que atestam tais informações.

Figura 8 – Coleções oriundas das estearias que compõem o acervo do Centro de Pesquisa. Crédito: Bandeira (2013).

ATO 2: A GÊNESE DAS COLEÇÕES ARQUEOLÓGICAS DO MARANHÃO

De acordo com a planilha do IPHAN, na qual constam as Portarias de Pesquisas Arqueológicas Publicadas no DOU entre 1991 a 2020 para o Estado do Maranhão, foram contabilizadas, até o fechamento deste artigo, 442 autorizações para realização de pesquisas arqueológicas, subdivididas em diferentes categorias, conforme o Quadro 1.

Quadro 1 – Síntese das autorizações para pesquisa arqueológica no Maranhão.
Fonte: IPHAN (2020), <http://portal.iphan.gov.br/cna/pagina/detalhes/1375/>.

Categoria da Portaria	Quantidade
Autorização IN	207
Permissão	164
Renovação	28

Categoria da Portaria	Quantidade
Renovação IN	22
Autorização	9
Revogação	9
Prorrogação	2
Anulação	1
Total	442

No referido documento foi possível identificar os Estados que emitiram endossos institucionais para pesquisas arqueológicas no Maranhão e que podem ter gerado acervos arqueológicos. Na incapacidade de analisarmos todos os relatórios correspondentes às portarias de pesquisa, podemos deduzir que algumas coleções geradas podem ter sido expatriadas para os Estados listadas no Quadro 2.

Quadro 2 – Endossos institucionais emitidos por outros Estados.

Fonte: IPHAN (2020), <http://portal.iphan.gov.br/cna/pagina/detalhes/1375/>.

Estado	Quantidade
Bahia	3
Ceará	1
Mato Grosso do Sul	1
Pará	1
Paraná	1
Piauí	1
Rio de Janeiro	2
Rio Grande do Sul	2
São Paulo	4
Tocantins	1

Conforme demonstrado no Quadro 2, dez Estados emitiram endossos para pesquisas arqueológicas no Maranhão, sendo que, em alguns casos, houve mais de um endosso para uma mesma unidade da Federação, ou endossos para diferentes fases da pesquisa foi emitido por diferentes instituições. Como mencionamos anteriormente, a emissão de endossos por instituições sediadas fora do Estado se deveu à institucionalização tardia da arqueologia, que resultou na ausência de espaços que pudessem realizar a guarda das coleções em seu local de origem.

Tal situação contrasta com diversas recomendações nacionais e internacionais que versam sobre a garantia da guarda dos materiais arqueológicos em seus locais de origem pelo poder público. E nos casos onde não é possível a conservação *in situ*, conforme preconiza a Carta de Lausanne, de 1990, a proteção e conservação do patrimônio arqueológico deve primar por sua manutenção na mesma localidade, comprometendo-se por sua salvaguarda a longo prazo (ICOMOS, 1990).

No caso do Maranhão, ao longo de décadas, instituições de outros Estados receberam as coleções arqueológicas geradas localmente, sendo que o marco adotado nesta pesquisa, para fins de seleção, foi o ano de 1991, período em que as portarias

começaram a ser registradas no documento Portarias de Pesquisas Arqueológicas Publicadas no DOU - 1991 a 2020 (IPHAN, 2020), conforme lista do Quadro 3.

Quadro 3 – Instituições que endossaram projetos de pesquisa no Maranhão.

Fonte: IPHAN (2020), <http://portal.iphan.gov.br/cna/pagina/detalhes/1375/>.

Instituição endossante	Quantidade de Endossos
Acervo - Centro de Referência em Patrimônio e Pesquisa - Bahia	1
Centro de Arqueologia e Antropologia de Paulo Afonso Universidade do Estado da Bahia - Bahia	2
Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas - Universidade Federal do Paraná CEPA/UFPR - Paraná	1
Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão Fundação Cultural do Maranhão - Governo do Estado do Maranhão - Maranhão	63
Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico do Maranhão Governo do Estado do Maranhão - Maranhão	1
Fundação de Arqueologia e Patrimônio Cultural do Ceará - Ceará	1
Fundação Municipal do Patrimônio Histórico - FUMPH Prefeitura de São Luís - Maranhão	1
Instituto de Arqueologia Brasileira - IAB - Rio de Janeiro	1
Instituto do Ecomuseu Sítio do Físico - IESF - São Luís - Maranhão	131
Instituto Homem Brasileiro - Mato Grosso	1
Laboratório de Hidrologia - Universidade Federal do Maranhão - Maranhão	7
Laboratório de Pesquisas Arqueológicas Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - Mato Grosso do Sul	1
Museu de Arqueologia e Paleontologia de Araraquara - MAPA - São Paulo	1
Museu de Ciências Naturais - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais PUC/MG - Minas Gerais	2
Museu Nacional - Universidade Federal do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro	1
Museu Paraense Emílio Goeldi - Pará	1
Núcleo de Antropologia Pré-Histórica - NAP/UFPI - Piauí	5
Núcleo de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Bahia Universidade Estadual de Santa Cruz - NEPAB/UESC - Bahia	2
Núcleo Tocantinense de Arqueologia - NUTA/UNITINS - Tocantins	3
Prefeitura do Município de Araraquara Fundação de Arte e Cultura- Secretaria Municipal de Cultura Museu Histórico e Pedagógico "Voluntários da Pátria" - São Paulo	1
Prefeitura Municipal de Marabá - Fundação Casa de Cultura de Marabá - Pará	4
Universidade Católica de Goiás - UCG - Goiás	1
Universidade de São Paulo - Museu de Arqueologia e Etnologia Centro Regional de Arqueologia Ambiental - São Paulo	2
Universidade do Estado do Tocantins - Tocantins	1
Universidade Federal de Santa Maria - Centro de Ciências Sociais e Humanas Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas - Rio Grande do Sul	4
Universidade Federal de Santa Maria - UFSM - Rio Grande do Sul	1
Universidade Federal do Maranhão - Maranhão	8
Universidade Federal do Maranhão - Laboratório de Arqueologia - Maranhão	132
Centro de Pesquisa em Arqueologia e História "Timbira" Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - Imperatriz - MA.	2

Apesar de muitas permissões de pesquisa no Maranhão apresentarem endossos de outros Estados, o Quadro 3 demonstrou que a maioria foi fornecida por instituições sediadas localmente, evidenciando que a maior parte do acervo arqueológico está sediada em sua região de origem.

Considerando o que mencionamos anteriormente, muitas normativas apontam que a manutenção e salvaguarda dos acervos arqueológicos devem primar pela permanência desses materiais em seus locais de origem, e, caso não seja, deve ser garantida, pelo agente público ou privado, a modernização, ampliação e o fortalecimento das unidades que lidam com acervos arqueológicos; e na hipótese de inexistência, deve ser assegurada a construção de unidades museológicas para esse fim. Foi a partir deste entendimento jurídico, da colaboração dos gestores públicos e da iniciativa privada, que a Reserva Técnica da UFMA foi constituída, aspecto que retomaremos no Ato 3.

De todo modo, as instituições externas ao Maranhão, sobretudo em período anterior à profissionalização da arqueologia – a exemplo do Museu Nacional e do Museu Paraense Emílio Goeldi – ao longo de décadas, garantiram a guarda de materiais arqueológicos até o surgimento das primeiras instituições de pesquisa e salvaguarda de acervos. Dentre elas, citamos apenas algumas, como o Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão, inaugurado em 2002; a Casa da Memória do Instituto do Ecomuseu do Sítio do Físico, inaugurada em 2006; a Reserva Técnica da UFMA, que começou a receber coleções arqueológicas entre 2010 e 2011; o Laboratório de Arqueologia da UFMA, inaugurado em 2014. É importante ressaltar que todas essas instituições estão localizadas em São Luís. Além delas, destacamos ainda o Centro de Pesquisa em Arqueologia e História Timbira, inaugurado em 2015, que está situado na cidade de Imperatriz.

Outro aspecto a ser observado na construção do mapa sobre os acervos arqueológicos é um fato bastante peculiar, e remete ao uso da própria instituição interessada ser a responsável pela emissão de seu endosso institucional, como foi o caso do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico do Maranhão, pertencente à Secretaria de Cultura do Governo do Estado do Maranhão, com endosso emitido em 1988; da Fundação Municipal do Patrimônio Histórico - FUMPH, vinculada à Prefeitura de São Luís, com endosso emitido em 2010; e do Laboratório de Hidrologia da UFMA, que emitiu endossos entre 2011 a 2013. Essas instituições não possuíam condições para a guarda de acervo e as coleções arqueológicas foram incorporadas por outras instituições (BANDEIRA, 2015; 2017a).

Em âmbito regional, contabilizamos oito instituições maranhenses que emitiram endossos, sendo que, apenas na UFMA, três unidades diferentes se responsabilizaram pela salvaguarda institucional, conforme o Quadro 4.

Quadro 4 – Instituições maranhenses que endossaram projetos de pesquisa no Estado.

Fonte: IPHAN (2020), <http://portal.iphan.gov.br/cna/pagina/detalhes/1375/>.

Instituição endossante	Endossos
Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão – Fundação Cultural do Maranhão - Governo do Estado do Maranhão - São Luís – Maranhão	63
Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico do Maranhão Governo do Estado do Maranhão - São Luís – Maranhão	1
Fundação Municipal do Patrimônio Histórico – FUMPH Prefeitura de São Luís - São Luís - Maranhão	1
Instituto do Ecomuseu Sítio do Físico - IESF - São Luís - Maranhão	131
Laboratório de Hidrologia - Universidade Federal do Maranhão São Luís – Maranhão	7

Instituição endossante	Endossos
Universidade Federal do Maranhão - São Luís – Maranhão	8
Universidade Federal do Maranhão - Laboratório de Arqueologia São Luís – Maranhão	132
Centro de Pesquisa em Arqueologia e História "Timbira" Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - Imperatriz - Maranhão	2

Apesar dessas instituições encontrarem-se em diferentes momentos desde a sua fundação, a maioria é concentrada em São Luís e permanece em consolidação, ora carecendo de espaços físicos, ora sofrendo com a falta de apoio financeiro de seus mantenedores. Ou seja, elas vêm atuando timidamente na salvaguarda de acervos arqueológicos e fomentando pesquisas e a comunicação com o público.

ATO 3: OS ACERVOS ARQUEOLÓGICOS SOB A GUARDA DA UFMA

A incorporação de acervos arqueológicos sob a guarda institucional da UFMA iniciou-se no âmbito do licenciamento ambiental do patrimônio cultural das obras da Refinaria Premium I, em Bacabeira – MA, sob a responsabilidade da Petrobrás (Processo IPHAN – MA nº 01494.000510/2009-81).

Em 2010, foi emitida a autorização de pesquisa nº 17, formalizando a UFMA como instituição de guarda do material arqueológico do referido projeto, à época coordenado pelo autor deste artigo. Em 25 de março de 2011, foi emitida a Portaria IPHAN nº 10, no DOU de 28 de março de 2011. No documento, o Laboratório de Hidrologia, ligado ao Curso de Oceanografia, emitiu o primeiro endosso institucional para receber o material proveniente da Prospeção Arqueológica da área do Polígono da Refinaria Premium I e o seu entorno referente ao setor de terraplanagem – 1º Etapa.

Este empreendimento recebeu outras portarias: Programa Básico Ambiental de Arqueologia – Prospeção Arqueológica, Resgate, Monitoramento e Educação Patrimonial - Subprograma de Resgate Arqueológico; Subprograma de Monitoramento Arqueológico; Resgate Arqueológico do Sítio Rabo de Porco II – Refinaria Premium I; Prospeção Arqueológica e Educação Patrimonial da Faixa de Dutos de Petróleo e Derivados que atenderão a Refinaria Premium I e Prospeção Arqueológica e Educação Patrimonial da Área de Porte para Atendimento à Refinaria Premium I.

O fato do IPHAN ter aceitado o endosso institucional de um laboratório de uma outra área do conhecimento para receber acervos arqueológicos se justificou, à época, pelo fato desta Instituição ser a responsável pelo licenciamento ambiental do referido empreendimento e pela possibilidade da institucionalização da área da arqueologia na Universidade com a incorporação desse acervo. Além disso, até que a construção de um espaço adequado para a guarda permanente do material arqueológico fosse finalizada, o acervo coletado, bem como a sua documentação e outros objetos do laboratório de arqueologia permaneceriam no canteiro de obras da Refinaria Premium I.

Contudo, com o fechamento do canteiro de obras e o cancelamento do empreendimento, todo o acervo não poderia permanecer na área de Refinaria, logo foi acordado que ele deveria ser transferido para a UFMA. A esse respeito, em 24 de setembro de 2014, o IPHAN, por meio do Ofício/GAB/IPHAN-MA nº 1071/14, solicitou à Universidade que providenciasse um espaço físico que pudesse assegurar a transferência de guarda do acervo arqueológico.

Em 13 de outubro de 2014, o IPHAN, por meio do Ofício/GAB/IPHAN-MA nº 1177/14, comunicou à Petrobrás que a transferência de acervo arqueológico ocorreria em 21 de outubro de 2014. A transferência foi acompanhada pelo Horecio Garcia,

funcionário da Petrobrás; Arkley Bandeira, arqueólogo da Petrobrás; e Danilo Assunção, do IPHAN (Figuras 9 e 10).

Figura 9 – Transferência do acervo arqueológico da Petrobrás para a UFMA.
Crédito: Bandeira (2014).

Figura 10 – Transporte para o Centro Pedagógico Paulo Freire – UFMA.
Crédito: Bandeira (2014).

No ato de Autorização para entrada e saída de material e equipamento - AESME - Anexo D - PE 2P@ - 0038, foram listados os bens que foram incorporados à UFMA, a exemplo do quantitativo de materiais arqueológicos, equipamentos, objetos e demais documentações que deram início às ações de salvaguarda de acervos arqueológicos da Instituição (Figura 11).

Em 2010, localizamos outra portaria – que versa sobre o projeto Arqueologia da Arquitetura e Monitoramento do Conjunto Edificado da Antiga Fábrica Santa Amélia, em São Luís - MA (Processo IPHAN nº 01494.000460/2010-76), sob a responsabilidade do arqueólogo Ulysses Pernambucano – que designou a UFMA como instituição endossante. Nesse documento não foram indicadas quaisquer unidades acadêmicas e/ou administrativas para receber o material arqueológico coletado, mas apenas a indicação da Universidade.

Figura 11 – Documento que incorpora as primeiras coleções arqueológicas sob a responsabilidade da UFMA. Crédito: Bandeira (2014).

PETROBRAS
AUTORIZAÇÃO PARA ENTRADA E SAÍDA DE MATERIAL E EQUIPAMENTO – AESME
ANEXO D – PE-2P2-00038

PARA USO DA GERÊNCIA RESPONSÁVEL PELA LIBERAÇÃO DE SAÍDA
Responsável pela Liberação do Material/Equipamento: Assinatura: *Horácio Ribeiro*
Data: *21/10/2014*

Ramal: Matrícula: Data: *21/10/2014*

PARA USO QUANDO DA ENTRADA E/OU SAÍDA DE MATERIAL/EQUIPAMENTO
O portador *Arley Marques Bandeira* matricula *190397620018-MA* da empresa *Arley Marques Bandeira* está autorizado a movimentar o(s) material(ais)/equipamento(s) abaixo relacionado(s).

Item	Quant.	Descrição	Observações
01	44	Embraxadores capotados	
02	02	Placa	
03	05	Regra	
04	01	Umidificador	
05	04	Ardo de caixa arquivo	
06	02	Caixas de caixa	
07	02	Gavetas de água 5lt.	
08	01	Ardo de arçatão	
09	01	Ardo	
10	04	Trappi	
11	11	Trappi	
12	02	Eletrões de puxa	
13	01	Armatório de aço	
14	04	Ardo de plástico bolha	
15	03	Ardo	

PARA USO DA SEGURANÇA PATRIMONIAL
ENTRADA: Data: Hora: Assinatura/Matrícula: SAÍDA: Data: Hora: Assinatura/Matrícula: *21-10-2014 13h00*
Cláudia Mendes 45506589

Um aspecto interessante a pontuar é que, mesmo a UFMA emitindo endosso institucional para o referido projeto, o acervo coletado (Figura 12) não foi encaminhado para a Instituição e nem ficou à disposição na edificação revitalizada; mas a pedidos do IPHAN, o material foi transportado para a Casa da Memória do Instituto do Ecomuseu do Sítio do Físico até que o prédio para guarda dos acervos arqueológicos da UFMA ficasse pronto.

Figura 12 – Material arqueológico proveniente das pesquisas na Fábrica Santa Amélia. Crédito: Bandeira (2014).

Em 2013, identificamos mais um projeto de pesquisa associado à intervenção em edifício de valor histórico. Trata-se do projeto *Salvamento e Resgate da Fábrica Martins, Irmãos e Cia*, coordenado por Ulysses Pernambucano de Mello Neto, cuja guarda institucional foi garantida pela UFMA por meio de endosso institucional e pela Portaria IPHAN n. 27 (Processo IPHAN nº 01494.000080/2012-91). Convém frisar que houve uma fase de prospecção arqueológica cujo acervo ficou sob a guarda da Casa da Memória, do Instituto do Ecomuseu do Sítio do Físico. Logo, existem coleções arqueológicas de um mesmo sítio arqueológico salvaguardado por duas instituições distintas.

Diante desse contexto, é interessante pontuar que as primeiras coleções arqueológicas a serem incorporadas na UFMA foram geradas por meio de pesquisas aplicadas ao licenciamento ambiental ou são oriundas de intervenções em prédios de valor histórico que fazem parte do acervo da Universidade no Centro Histórico de São Luís.

Apenas em 2013, identificamos o primeiro projeto acadêmico que gerou acervo arqueológico sob a guarda da UFMA. Trata-se da pesquisa *Povo das Águas: Carta Arqueológica das Estearias da Porção Centro-Norte da Baixada Maranhense*, sob a coordenação de Alexandre Navarro (Processo IPHAN nº 01494.000442/2013) (IPHAN, 2020). Essa mesma pesquisa foi renovada em 2015 e a UFMA permaneceu emitindo endosso institucional. Não obstante, na segunda renovação realizada em 2018, houve uma mudança na instituição endossante, passando a se responsabilizar pela guarda do acervo o Laboratório de Arqueologia – LARQ, criado em 2014 e vinculado ao Curso de História, coordenado pelo arqueólogo Alexandre Navarro

Em síntese, entre 2010 e 2014 foram emitidas pela UFMA por meio de diferentes unidades acadêmicas e/ou administrativas 15 endossos institucionais, destes, oito não indicaram a unidade para onde se destinou o acervo arqueológico e sete indicaram o Laboratório de Hidrologia. Conforme mencionado anteriormente, todas as portarias emitidas pelo Laboratório de Hidrologia estavam vinculadas ao licenciamento ambiental da Refinaria Premium I da Petrobrás, ao passo que uma portaria emitida pela UFMA sem a indicação da unidade acadêmica e ou administrativa vinculou-se a uma obra complementar do referido empreendimento: a Prospecção Arqueológica na área de Implantação de Adutora de Captação e Descarte de Efluentes Líquidos, coordenada pelo autor deste artigo (Processo IPHAN nº 01494.000510/2009-81).

Figura 13 - Estrutura inicial da Reserva Técnica da UFMA. Crédito: IPHAN (2014).

Figura 14 - Estrutura atual da Reserva Técnica da UFMA. Crédito: Navarro (2020).

Após a criação do LARQ em 2014, houve uma intensificação na emissão de endossos institucionais sob a responsabilidade desse laboratório. Em 19 de agosto de 2014, o IPHAN-MA emitiu o parecer nº. 046/2014/DCA/IPHAN-MA, que avaliou como apta a Reserva Técnica da UFMA para emissão de endossos institucionais e de salvaguarda de acervos arqueológicos no Estado. Entre a criação do LARQ e o fechamento deste artigo, foram identificados 132 endossos institucionais sob a responsabilidade do referido Laboratório (IPHAN, 2020), constituindo a maior unidade da UFMA a constar na base do IPHAN, conforme Quadro 5 (IPHAN, 2020).

Quadro 5 – Unidades da UFMA que emitiram endossos institucionais
 Fonte: IPHAN (2020), <http://portal.iphan.gov.br/cna/pagina/detalhes/1375/>.

Unidade acadêmica e/ou administrativa	Quantidade de endossos emitidos	Localização do acervo	Responsável pela emissão do Endosso Institucional
UFMA	8	LARQ, Reserva técnica provisória do prédio Paulo Freire, Casa da Memória do Instituto do Ecomuseu Sítio do Físico	Natalino Salgado Filho, Reitor da UFMA
Laboratório de Hidrologia	7	Reserva técnica provisória do prédio Paulo Freire	Natalino Salgado Filho, Reitor da UFMA
Laboratório de Arqueologia – LARQ	132	LARQ e Reserva técnica provisória do prédio Paulo Freire	Alexandre Guida Navarro, docente e coordenador do LARQ.

Conforme demonstrado, ao longo de uma década, foram emitidos pela UFMA, até o fechamento deste artigo, 147 endossos institucionais para a guarda de materiais arqueológicos relacionados a projetos de arqueologia de distintas naturezas, entre autorizações, permissões e renovações. A ênfase das pesquisas foi majoritariamente vinculada ao licenciamento ambiental, a julgar pela classificação das modalidades de pesquisa, conforme os Quadros 6, 7 e 8.

Quadro 6 – Endossos institucionais emitidos pela UFMA sem especificação de Unidade.Fonte: IPHAN (2020), <http://portal.iphan.gov.br/cna/pagina/detalhes/1375/>.

Natureza da pesquisa	Modalidade da intervenção	Quantidade
Arqueologia Preventiva em licenciamento ambiental	Variadas	4
Intervenção em Bem Protegido	Monitoramento para requalificação e restauro	2
Acadêmica	Mapeamento arqueológico	2
Total		8

Quadro 7 – Endossos institucionais emitidos pelo Laboratório de Hidrologia – UFMA.Fonte: IPHAN (2020), <http://portal.iphan.gov.br/cna/pagina/detalhes/1375/>.

Natureza da pesquisa	Modalidade da intervenção	Quantidade
Arqueologia Preventiva em licenciamento ambiental	Variadas	7
Total		7

Quadro 8 – Endossos institucionais emitidos pelo Laboratório de Arqueologia – UFMA.Fonte: IPHAN (2020), <http://portal.iphan.gov.br/cna/pagina/detalhes/1375/>.

Natureza da pesquisa	Modalidade da intervenção	Quantidade
Arqueologia Preventiva em licenciamento ambiental	Variadas	129
Intervenção em Bem Protegido	Monitoramento para requalificação e restauro	1
Acadêmica	Mapeamento arqueológico	2
Total		135

E o que esses números demonstram?

A partir desse levantamento, percebemos que 95% dos endossos emitidos pela UFMA foram para pesquisas arqueológicas preventivas, em contraposição a 3% de endossos para pesquisas acadêmicas e 2% para pesquisa arqueológica aplicada a bem imóvel protegido. Nesse contexto, o papel da Instituição na produção de conhecimento sobre a arqueologia maranhense está mais associado à responsabilidade em receber e gerenciar coleções arqueológicas oriundas de pesquisas que não têm vinculação direta com as unidades acadêmicas da Instituição e cujos projetos não foram coordenados por docentes da Universidade, ou seja, o acervo foi incorporado apenas para a salvaguarda. Logo, a Instituição vem atuando passivamente no gerenciamento de seus acervos, servindo como local de depósito.

Em relação à destinação das coleções, percebemos que as maiores dificuldades no que concernem à localização e ao gerenciamento decorrem do apoio institucional sem a indicação do local para onde o material arqueológico foi encaminhado. Tal situação fica patente quando constatamos que o acervo sob a guarda do Laboratório de Hidrologia não se encontra no referido laboratório, mas está incorporado ao acervo da UFMA, salvaguardado provisoriamente em um outro prédio.

Especificamente sobre o projeto da Refinaria Premium I, verificamos que ele gerou uma quantidade muito grande de peças resultantes das escavações em 8 sítios arqueológicos: Mangueiras, Poraquê-o, Rabo-de-Porco 1, Rabo-de-Porco 2, Salvaterra 1, Salvaterra 2, Salvaterra 3 e Salvaterra 4 (BANDEIRA, 2013a), conforme o Quadro 9.

Quadro 9 – Arrolamento dos materiais arqueológicos da Coleção Refinaria Premium I.
Fonte: arrolamento do acervo arqueológico da Refinaria Premium I (2014).

Sítio	Quantidade
Mangueiras	15679
Poraquê-o	1996
Rabo-de-Porco 1	17204
Rabo-de-Porco 2	1813
Salvaterra 1	4317
Salvaterra 2	12801
Salvaterra 3	2838
Salvaterra 4	692
Total	57.340

Em termos gerais, considerando a natureza do material arqueológico coletado em todos os sítios e em todas as fases de pesquisa, o Quadro 10 indica o quantitativo atualmente salvaguardado pela UFMA.

Quadro 10 – Arrolamento dos materiais arqueológicos por natureza da Refinaria Premium I.
Fonte: arrolamento do acervo arqueológico da Refinaria Premium I (2014).

Natureza do acervo	Quantidade
Amostra mineral	336
Amostra vegetal	67
Argila	1245
Carvão	487
Cerâmica	38549
Material construtivo	1179
Material faunístico	63
Metal	204
Lítico	16573
Louça	3299
Vidro	1051
Outros	38
Total	63091

Além disso, todo esse material está depositado juntamente com a documentação das escavações no Centro Pedagógico Paulo Freire, e com outras coleções arqueológicas que foram sendo incorporadas pela emissão de endossos institucionais para o licenciamento ambiental. De acordo com o Arrolamento do Acervo encaminhado pelo coordenador do LARQ ao autor deste artigo em 22 de julho de 2020, foi informado que, dos 132 endossos emitidos pelo Laboratório, 19 (dezenove) geraram acervos arqueológicos, distribuídos em vários sítios arqueológicos e em ocorrências isoladas, totalizando 49.608 peças, conforme listado no Quadro 11.

Quadro 11 – Arrolamento dos materiais arqueológicos gerados por outros projetos endossados. Fonte: Navarro (2020, p. 1-7).

Número	Projeto de Arqueologia Preventiva	Total do acervo
1	Expansão da Estrada de Ferro Carajás Município de Alto Alegre do Pindaré – MA	9.160
2	Expansão da Estrada de Ferro Carajás Município de São Pedro da Água Branca – MA	6.694
3	Expansão da Estrada de Ferro Carajás Município de São Luís – MA	10.498
4	Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico do Sítio Mearim / Município de Vitória do Mearim – MA	6.270
5	Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico do Sítio Boca do Campo / Município de Arari – MA	9.130
6	Programa de Monitoramento Arqueológico para os Gasodutos e demais instalações dos Campos de Gás Natural 'Gavião Branco' e 'Santa Vitória' / Município de São Luís – MA	480
7	Programa de Monitoramento Arqueológico para Construção e Montagem do Gasoduto Gavião Branco Oeste Município de São Luís – MA	203
8	Resgate Arqueológico no Empreendimento Ilha Verde Município de São José de Ribamar – MA	2.188
9	Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico na área de implantação do Condomínio Residencial Margareth Alencar Município de São José de Ribamar – MA	361
10	Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Residencial Essenza / Município de Imperatriz – MA	79
11	Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Condomínio Residencial Village dos Pássaros IV e V Município de São José de Ribamar – MA	73
12	Amarante I, II, III e Sítio Novo I e Ocorrência Isolada	09
13	Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico para Implantação da LT 230 KV SE Miranda II SE Chapadinha II e SE 230/6913,8 KV Chapadinha II Municípios de Miranda do Norte, Matões do Norte, Cantanhede, Pirapemas, Vargem Grande e Chapadinha – MA	29
14	Acompanhamento Arqueológico para Construção e Montagem do Gasoduto Gavião Branco Sudeste (GVBSE), ramificação do Gasoduto Gavião Branco (GVB) Municípios de Capinzal do Norte e Lima Campos – MA	245
15	Resgate Arqueológico dos Sítios Cruzeiro Córrego I e Córrego II, localizados na Área de Influência do Projeto Florestal Suzano - Setor A Municípios de Imperatriz e João Lisboa – MA	3.352
16	Acompanhamento Arqueológico - Complexo Eólico Delta 5 Município de Paulino Neves – MA	18
17	Acompanhamento Arqueológico - Complexo Eólico Delta 5 Município de Paulino Neves – MA	01
18	Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Condomínio Residencial Village dos Pássaros IV e V Município de São José de Ribamar – MA	677
19	Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico para Implantação da LT 500 KV SE São Miranda II - SE São Luís II; LT 500 KV SE São Luís II - SE São Luís IV; Seccionamento SE São Luís IV da LT 230 KV UTE Porto do Itaqui - SE São Luís II; SE 500/230/69 KV São Luís IV	141
Total		49.608

PERSPECTIVAS FUTURAS PARA UM TEMPO QUE TARDA EM CHEGAR

Diante dos cenários problemáticos que se colocaram para a salvaguarda das coleções arqueológicas sob a guarda da UFMA, sobretudo no tocante à descentralização das unidades que emitiram endossos institucionais em nome da Universidade ao longo de 10 anos, bem como a necessidade de normatizar legalmente esse tipo de atividade, a administração superior decidiu por concentrar a emissão dos endossos institucionais em uma única unidade administrativa: o Gabinete da Reitoria. Para tanto, designou um único responsável técnico para o gerenciamento das coleções arqueológicas e abriu consulta na Procuradoria Jurídica da UFMA – AGU no sentido de elaborar uma resolução para normatizar a emissão do referido documento.

Essas iniciativas visam estabelecer parâmetros mínimos para a salvaguarda das distintas coleções arqueológicas; organizar um sistema de gerenciamento de acervos unificado sob a responsabilidade da Universidade e de destinação de bolsas do programa Foco Acadêmico para treinamento de discentes no âmbito da gestão das coleções; e o que consideramos de maior relevância, retomar as obras de Restauração e Requalificação da Fábrica Progresso Maranhense (CONVÊNIO UFMA/PETROBRAS - contrato N° 09/2017-CEL/PCU-SICON N°14/2017) no valor de R\$ 8.734.061, 22 para abrigar o Centro de Arqueologia da UFMA.

O Centro de Arqueologia da UFMA vai funcionar no prédio da antiga Fábrica Progresso, onde também abrigou a gráfica oficial do Estado, o SIOGE (Figura 15). Trata-se de um convênio de cooperação técnica e científica com múltiplos parceiros, como a UFMA, Petrobrás, IPHAN, Fundação Sôsândrade e o Governo do Estado do Maranhão.

Segundo o convênio, cabe a Petrobrás custear o Centro de Arqueologia da UFMA para abrigar, manter e preservar de forma permanente os achados arqueológicos oriundos da Refinaria Premium I e as outras coleções sob a salvaguarda da UFMA. Por outro lado, cabe à UFMA manter sob sua guarda os acervos arqueológicos oriundos da pesquisa na Refinaria Premium I, responsabilizando-se pela sua manutenção, em caráter permanente, definitivo e irretratável, visando à guarda permanente e à gestão desses acervos arqueológicos (UFMA, 2015).

Compete ao IPHAN acompanhar e aprovar todas as fases da obra de restauração e requalificação, de modo a garantir o zelo e adequação às técnicas construtivas e arquitetônicas aplicáveis, visando à preservação do imóvel, localizado no centro histórico de São Luís. Coube ao Governo do Maranhão a cessão do referido edifício por um prazo de 20 anos prorrogáveis pelo mesmo tempo. Por fim, para a Fundação Sôsândrade, coube a aplicação e gerenciamento dos recursos repassados pela Petrobrás, exclusivamente nas atividades relacionadas à consecução do objeto desse Convênio e de acordo com o Plano de Trabalho (UFMA, 2015).

Figura 15 –Obras de restauro e requalificação do prédio onde funcionará o Centro de Arqueologia. Crédito: SINFRA (2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do narrado, acreditamos que é cada vez mais salutar os esforços de pesquisa em torno da arqueografia dos acervos arqueológicos, sobretudo, em regiões em que a arqueologia ainda encontra-se em consolidação. Iniciativas como a publicação de um dossiê sobre a gestão dos acervos possibilita unificar as ações frente a tantos desafios no campo da salvaguarda cujos princípios se alicerçam no gerenciamento, pesquisa, conservação e comunicação desse bem cultural brasileiro para as atuais e futuras gerações.

A história dos acervos arqueológicos do Maranhão tem uma longa trajetória, cujas origens remetem às primeiras práticas arqueológicas no Estado, resultantes das pesquisas de pioneiros, como Raimundo Lopes, Silvestre Fernandes e Mário Simões, ao longo do século XX. As coleções arqueológicas formadas naquele período foram expatriadas e encaminhadas para instituições de outras regiões, como o Museu Nacional e Museu Paraense Emílio Goeldi.

Ao mesmo tempo, achados fortuitos em diversas regiões do Maranhão, como a Ilha de São Luís e a Baixada Maranhense, resultaram na formação de acervos que permaneceram no Estado, abrigados no Museu do Instituto de História e Geographia do Maranhão, futuro Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão. As coleções sob a guarda dessa instituição até hoje permanecem desconhecidas. Situação diferente pode ter ocorrido com os materiais arqueológicos coletados por Olavo Correia Lima, Raimundo Balby e Nascimento de Moraes Filho. Temos a informação de que tais materiais foram incorporados ao Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão.

A fase de institucionalização da arqueologia no Maranhão trouxe um alento para a manutenção dos acervos em seu Estado de origem. Isso se deu com a criação de instituições locais de pesquisa e salvaguarda de coleções – como é o caso do Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão, da Casa da Memória, do Instituto do Ecomuseu Sítio do Físico, do Laboratório de Arqueologia da UFMA e, mais recentemente, do Centro de Pesquisa em Arqueologia e História "Timbira", da UEMA Sul – que possibilitou descentralizar a emissão de endosso institucional na cidade de Imperatriz.

Especificamente sobre a UFMA, somente após a incorporação das primeiras coleções arqueológicas, entre 2010 e 2011, a Instituição começou a pensar em normativas para o gerenciamento do acervo arqueológico, culminando com a renovação, em 2019, da permissão da Instituição, junto ao Cadastro Nacional de Instituição de Guarda e Pesquisa - CNIGP/CNA, para salvaguarda de coleções arqueológicas.

Nas reflexões finais, cabe ainda pontuar alguns aspectos que se delinearam quando da elaboração deste artigo, com destaque para algumas questões de cunho científico, administrativo e estrutural, que necessitam de uma atenção no momento em que a UFMA vem fortalecendo a sua política de salvaguarda de acervos arqueológicos.

O primeiro aspecto recai sobre o aproveitamento científico dessas coleções. Por se tratar de uma Universidade, alicerçada no tripé ensino, pesquisa e extensão, a potencialidade das coleções arqueológicas precisa ser explorada para a produção de conhecimento, musealização, ações educativas, dentre outras atividades, garantindo o cumprimento das missões institucionais e da essência da salvaguarda do patrimônio arqueológico.

No campo administrativo, a elaboração de normativas, após a incorporação de coleções arqueológicas, veio preencher um vácuo institucional, uma vez que a UFMA vinha adotando as normativas do IPHAN, muitas vezes de forma acrítica, fato que contrasta com a autonomia universitária preconizada pelo Artigo 207, da Constituição

Federal de 1988 – que garante às universidades autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.

Nesse contexto, para além de uma simples receptora de acervos arqueológicos sob a chancela do IPHAN, as Universidades deveriam ser chamadas para pensar as políticas nacionais de salvaguarda, especialmente pelo caráter tão diverso das IES no Brasil. No caso da UFMA, a documentação analisada aponta que a instituição, em casos específicos, atuou passivamente ao receber as primeiras coleções, inclusive, sem ter, à época, um espaço de guarda adequado.

Não obstante a Instituição ainda não possuir a aprovação de uma regulamentação específica para o gerenciamento e salvaguarda dos acervos arqueológicos sob sua responsabilidade, uma vez que esse documento está em fase de apreciação pelo Conselho Universitário, ela já vem contribuindo fortemente para a manutenção e guarda de materiais arqueológicos oriundos das pesquisas e achados furtivos no Estado de origem.

Essa contribuição está se materializando em várias ações, como a normatização de vários procedimentos em atendimento à legislação nacional e às especificidades da Universidade. A esse respeito, o primeiro movimento foi a unificação dos acervos arqueológicos e a emissão de endosso institucional em uma única unidade administrativa, a Reitoria. O segundo é a criação de resolução específica para instituir normas para emissão de endossos institucionais e outras autorizações para a guarda de materiais arqueológicos, evitando, com isso, diferentes entendimentos das unidades da Instituição sobre a mesma matéria. O terceiro é a concessão de bolsas de pesquisas de vários programas institucionais para que os estudantes possam pesquisar as coleções arqueológicas, garantindo o seu aproveitando científico.

Outros passos estão começando a ser trilhados, com destaque para solicitação de doação de coleções arqueológicas que estão na mão de particulares, incorporação de acervos de instituições que estão sem capacidade financeira para salvaguarda e o fomento à pesquisa e ao estudo dos acervos já existentes.

Por fim, no que tange à infraestrutura, a garantia efetiva da institucionalização da arqueologia é a criação do Centro de Arqueologia da UFMA, com a previsão da abertura de concurso público para esta área, nos níveis técnico e docente. A constituição e requalificação de mais um equipamento cultural da UFMA localizado no Centro Histórico visa atender três objetivos principais: fomentar as pesquisas arqueológicas, mesmo não possuindo um curso de graduação; salvaguardar as coleções arqueológicas sob a sua responsabilidade; e oferecer ao público um espaço de visitação e conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALBY, Raimundo. *A cultura neolítica de Penalva (estearias)*. Penalva: Prefeitura Municipal de Penalva, 1985.
- BALBY, Raimundo. *Fenícios no Maranhão: realidade ou lenda?* Penalva, 2015.
- BANDEIRA, Arkley Marques. *Ocupações humanas pré-coloniais na Ilha de São Luís – MA: inserção dos sítios arqueológicos na paisagem, cronologia e cultura material cerâmica*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Arqueologia. Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013a.
- BANDEIRA, Arkley Marques. Os Pioneiros e Seu Legado na Construção da Arqueologia do Maranhão. *Cadernos do LEPAARQ*, v. 10, n. 19, p. 7-58, 2013b.
- BANDEIRA, Arkley Marques. *Relatório técnico final do Projeto Curadoria Preventiva das coleções arqueológicas existentes no Instituto do Ecomuseu do Sítio do Físico – São Luís – MA: documentação, informatização e socialização do conhecimento*. São Luís, Brasil: FAPEMA, 2015.
- BANDEIRA, Arkley Marques. Gestão das coleções arqueológicas da Casa da Memória do Instituto do Ecomuseu Sítio do Físico, em São Luís. *Revista de Arqueologia Pública*, v.11 n.2, p. 138 – 152, 2017a.
- BANDEIRA, Arkley Marques. Os pioneiros e seu legado na construção da Arqueologia do Maranhão: fase científica (1965-2013). *Tessituras*, v. 5, n. 2, pp. 9-58, 2017b.
- BANDEIRA, Arkley Marques. Políticas públicas culturais e a proteção do patrimônio arqueológico no BRASIL: perspectiva histórica. *Revista de Políticas Públicas*, v. 22, n. 1, p. 259 – 284, 2018.
- BANDEIRA, Arkley Marques; CHAVARRÍA, Javier Andrés C. La protección del patrimonio arqueológico en Brasil. In CANAL, C. Y. (ed.) *Políticas y derechos culturales*. Manizales: Universidad Nacional de Colombia. Facultad de Administración. CEFA, p. 30-50, 2019.
- BOTTALLO, Marilúcia. O papel da documentação museológica nos processos de salvaguarda patrimonial: a montagem da exposição temporária. In: *Brasil 50 mil anos: uma viagem ao passado pré-colonial*. MAE – USP. São Paulo, 2001.
- BRUNO, Maria Cristina. O.; WICHES, Camila. A. M. Musealização da arqueologia e produção acadêmica: novos problemas, novos desafios. *Revista de Arqueologia da SAB*, v. 26, n. 2; v. 27, n. 1, p. 2-3, 2013-2014.
- CARVALHO, João Brulino. Nota sobre a arqueologia da Ilha de São Luís. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão*, São Luís, v. VII, n. 6, p. 7-8, 1956.
- CORRÊA, Mariza. *Traficantes do excêntrico – os antropólogos no Brasil dos anos 30 aos anos 60*. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_06/rbcs_06_05.htm, p. 1-9, 2012.
- COSTA, Carlos. Alberto S.; COMERLATO, Fabiana. Você me daria um “cheque branco”? Um olhar sobre o endosso institucional em projetos de arqueologia. *Revista de Arqueologia*, v. 26, n. 2; v. 27, n. 1, p. 115-131, 2013-2014.
- FERNANDES, José Silvestre. Os sambaquis do Nordeste. *Revista de Geografia e História*, São Luís, Ano 3, p.9-14, 1950.
- ICOMOS, Carta de Lausanne- Protecção e Gestão do Património Arqueológico, *Cadernos de Sociomuseologia*, n. 15, p. 233-242, 1990.
- IPHAN. 2000. Portarias de Pesquisas Arqueológicas Publicadas no DOU entre 1991 a 2020. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/cna/pagina/detalhes/1375/>. Acessado em 05 de agosto de 2020.

- LIMA, Olavo Correia; AROSO, Olir. *Pré-História Maranhense*. São Luís: SIOGE, 1989.
- LIMA, Olavo Correia. *Mário Simões e a arqueologia maranhense*, São Luís, v. 62, n. 14, p. 23-31, 1991.
- LOPES, Raimundo. *O torrão maranhense*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1916.
- LOPES, Raimundo. A Civilização lacustre no Brasil. *Boletim do Museu Nacional*. v. 1, n. 2, p. 87-109, 1924.
- LOPES, Raimundo. *Antropogeografia*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1956. (Edição fac-similar comemorativa ao centenário de fundação da Academia Maranhense de Letras, São Luís: AML, 2007.
- LOPES DA CUNHA, Antônio. Um achado archeologico. *Geographia e História. Revista Trimestral do Instituto de História e Geographia do Maranhão*. São Luís, Ano I, n. 1, 1926a, 1926a.
- LOPES DA CUNHA, Antônio. As collecções do Instituto. *Geographia e História. Revista Trimestral do Instituto de História e Geographia do Maranhão*. Ano I, n. 1, p. 61-143, 1926b.
- LOPES DA CUNHA, Antônio. O Museu do Instituto. *Geografia e História. Revista do Instituto de Histórico e Geográfico do Maranhão*, São Luís, Ano II, n. 1, p. 158. 1948.
- LOPES DA CUNHA, Antônio. *Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão*. 3. ed. rev. e ampl. São Luís: Edições AML, 2008. Notas em MARQUES, C. A
- NIMUENDAJU, Curt. *Cartas do Sertão de Curt Nimuendaju para Carlos Estevão de Oliveira*. Apresentação e notas: HARTMANN, Lisboa: Assírio & Alvim, 2000.
- REVISTA DA SEMANA. Rio de Janeiro, n. 9, p.5, 1923.
- SCAFF, Luiz. Portaria n. 76, de 14 de outubro de 1971 – autoriza o Pesquisador –chefe Mário Ferreira Simões a viajar ao Estado do Maranhão. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1971.
- SIMÕES, Mário Ferreira. *Relatório* semestral de atividades do Pesquisador-Chefe Mário Ferreira Simões para o segundo semestre de 1971. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1971.
- SIMÕES, Mário Ferreira. *Relatório* sucinto das atividades científicas de Mário Ferreira Simões realizadas no 1º semestre de 1975. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1975.
- SIMÕES, Mário Ferreira. Coletores-pescadores ceramistas do litoral do Salgado. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – Nova Série*, Belém, n. 78, 1981a.
- SIMÕES, Mário Ferreira. As pesquisas arqueológicas no Museu Paraense Emílio Goeldi (1870–1981). *Suplemento Acta Amazônica*, v. 11, n. 1, p. 149-165, 1981b.